

SIPRI YEARBOOK 2025

Armaments,
Disarmament and
International
Security

Resumo

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE

O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, com base em fontes abertas, a formuladores de políticas, pesquisadores, mídia e ao público interessado.

O ANUÁRIO DO SIPRI

O Anuário do SIPRI apresenta uma combinação original de dados em áreas como gastos militares globais, transferências internacionais de armas, produção de armas, forças nucleares, conflitos armados e operações de paz multilaterais com análises no estado da arte dos aspectos importantes do controle de armamento, paz e segurança internacional.

Esta brochura resume o conteúdo do *Anuário do SIPRI 2025* e fornece amostras dos dados e análises que ele contém. Esta é uma tradução da brochura original em inglês e, portanto, pode diferir ligeiramente do original. Em caso de discrepância, consulte a versão original em inglês.

CONTEÚDO

Parte I. Segurança internacional e conflitos armados, 2024

1. Estabilidade internacional, segurança humana e o desafio nuclear	1
2. Conflitos armados e gestão de conflitos	2

Parte II. Gastos militares e armamentos, 2024

3. Gastos militares	4
4. Produção de armas e serviços militares	5
5. Transferências internacionais de armas	6
6. Forças nucleares mundiais	8
7. Proliferação e uso de mísseis e aeronaves não tripuladas armadas	10

Parte III. Não proliferação, controle de armas e desarmamento, 2024

8. Desarmamento nuclear, controle de armas, não proliferação e segurança	12
9. Armas químicas e ameaças de segurança	14
10. Armas biológicas e ameaças de segurança	15
11. Controle de armas convencionais e a regulação de armas desumanas	16
12. Inteligência artificial e paz e segurança internacionais	17
13. Ameaças cibernéticas e digitais	18
14. Governança da segurança espacial	19
15. Controle de armas e de bens de duplo uso	20
Anexos	22



1. ESTABILIDADE INTERNACIONAL, SEGURANÇA HUMANA E O DESAFIO NUCLEAR

DAN SMITH, DIRETOR DO SIPRI

A segurança global continuou a deteriorar-se ao longo de 2024. Entre os indicadores desta deterioração persistente destacam-se os grandes conflitos armados na Etiópia, Gaza, Mianmar, Sudão e Ucrânia. Enquanto isso, as despesas militares aumentaram pelo décimo ano consecutivo e ultrapassaram os 2,7 biliões de dólares em 2024. Os distúrbios ecológicos também continuaram, sendo que 2024 foi o primeiro ano em que a temperatura média global ficou claramente mais de 1,5 °C acima da média pré-industrial. Novas incertezas surgiram no primeiro trimestre de 2025, após a eleição de Donald J. Trump como presidente dos Estados Unidos, o que provocou um afastamento significativo da política anterior dos EUA e das premissas sobre a segurança global e as relações com aliados.

Uma nova corrida armamentista nuclear?

A era da redução das armas nucleares parece ter terminado. O controle bilateral das armas nucleares entre a Rússia e os EUA entrou em crise há alguns anos e agora está praticamente encerrado. Os debates nacionais revitalizados na Europa, no Oriente Médio e no Leste Asiático sobre o *status* e a estratégia nuclear sugerem que há algum potencial para que mais Estados se juntem ao clube nuclear. Os sinais indicam que uma nova corrida qualitativa às armas nucleares está ganhando força e, em comparação com a última, os riscos serão provavelmente mais diversificados e mais graves. Entre os principais pontos da competição estarão as capacidades tecnológicas no ciberespaço, espaço exterior e espaço oceâ-

nico. Assim, a ideia de quem está à frente na corrida será ainda mais evasiva e intangível; e as antigas fórmulas basicamente numéricas de controle de armamentos deixarão de ser suficientes.

Enfrentando o desafio

Com o retorno do presidente Trump à Casa Branca, há uma repetição da situação paradoxal experimentada durante seu primeiro mandato, em que nenhuma das três grandes potências se comprometeu a defender e manter a ordem mundial. A China, como potência em ascensão; a Rússia, como potência em declínio; e os EUA como potência profundamente descontente sob Trump, buscam se libertar das restrições das regras acordadas sempre que elas são inconvenientes. Um caminho a seguir é que as potências médias e pequenas trabalhem juntas em coalizões com governos com ideias semelhantes em objetivos específicos. A cooperação é valiosa mesmo quando não é abrangente. É uma abordagem pragmática e viável: o novo realismo.

Um retorno a uma era de reduções do arsenal nuclear global, no entanto, requer um acordo entre as três grandes potências. É necessário um novo entendimento geral de que as armas nucleares não garantem segurança e que a sua existência exige um comportamento equilibrado por parte dos líderes políticos. Pequenos passos iniciais no sentido de reduzir o risco podem constituir barreiras de proteção contra catástrofes. Juntamente com as vozes de um público informado, eles podem também contribuir para pressionar as três grandes potências a dar os próximos passos na redução dos seus arsenais nucleares. ●



2. CONFLITOS ARMADOS E GESTÃO DE CONFLITOS

Em 2024, o panorama global dos conflitos armados continuou a se deteriorar, com violência em grande escala em várias regiões. Talvez a mudança mais pronunciada nos conflitos armados desde 2021 tenha sido o retorno de uma guerra interestatal convencional em grande escala na Europa e de agressões militares transfronteiriças lideradas por Estados no Médio Oriente.

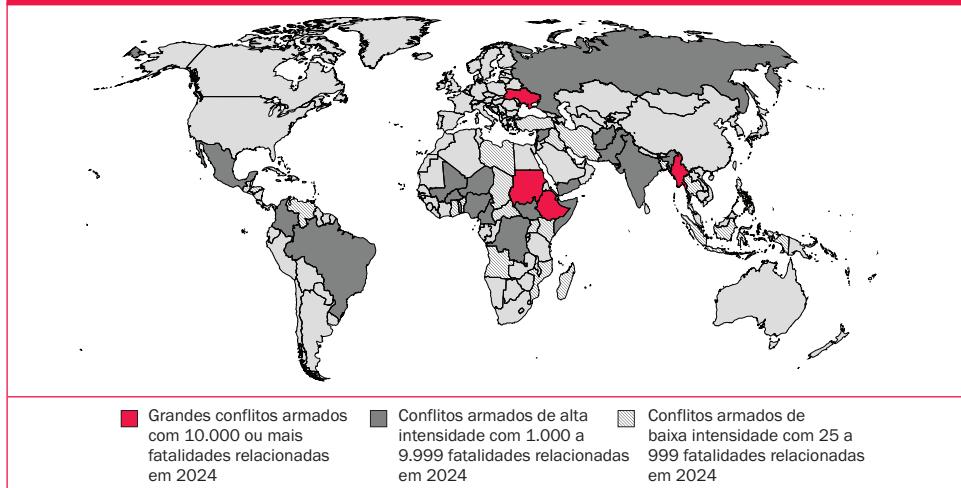
Embora o número de cenários de conflito armado tenha diminuído levemente, de 51 Estados em 2023 para 49 em 2024, o número total estimado de fatalidades aumentou de 188.000 em 2023 para 239.000 em 2024. Este foi o total anual mais elevado no período 2018-2024 (anos para os quais dados consistentes estão disponíveis). Em 2024, ocorreram cinco grandes conflitos armados que causaram mais de 10.000 fatalidades relacionadas ao conflito (um a mais do que em 2023): as guerras entre Israel e o Hamas e entre a Rússia e a Ucrânia, as guerras civis em Mianmar e no Sudão e os conflitos armados subnacionais na Etiópia. O número de confli-

tos de alta intensidade, com uma estimativa de 1.000 a 9.999 fatalidades relacionadas aos conflitos, caiu de 20 em 2023 para 19 em 2024. Fora da Europa, a maioria das guerras continuou a ocorrer dentro dos Estados — ou em grupos de Estados com fronteiras porosas — e a envolver grupos armados não estatais. A dimensão internacional continua a ser fundamental para muitos conflitos armados, com intervenção militar ou apoio substancial sendo frequentemente prestado a uma ou mais das partes beligerantes por potências externas.

Europa

A Europa registrou o maior número de fatalidades relacionadas a conflitos em 2024 (77.771), tendo sido a região com o menor nível anual durante o período de 2018 a 2021. As estimativas de fatalidades relacionadas a conflitos na Europa dobraram entre 2023 e 2024, à medida que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia aumentava em intensidade. Isso incluiu mais confrontos dentro da Rússia e a expansão do fornecimento de armas e assistência a ambos os lados pelos Estados apoiadores e até o envio direto de tropas da

CONFLITOS ARMADOS POR NÚMERO ESTIMADO DE FATALIDADES, 2024



Nota: As fronteiras utilizadas neste mapa não implicam qualquer endosso ou aceitação por parte do SIPRI.



República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) para a Rússia. No final de 2024, a Rússia controlava pouco menos de um quinto do território ucraniano. Os ataques aéreos russos continuaram ao longo do ano, e a Ucrânia respondeu da mesma forma, embora não na mesma escala. Não houve negociações de paz formais entre a Rússia e a Ucrânia ao longo de 2024, mas esperava-se que a reeleição de Donald J. Trump como presidente dos Estados Unidos levasse a uma reavaliação da política dos EUA em relação à guerra em 2025.

O Oriente Médio e o Norte da África

O número de vítimas humanas da guerra em curso em Gaza aumentou substancialmente em 2024, com mais de 45.500 palestinos mortos, 90% da população deslocada e grande parte da área reduzida a escombros até ao final do ano. A guerra também se espalhou por várias frentes: a violência na Cisjordânia atingiu níveis recordes; Israel lançou uma campanha terrestre contra o Hezbollah no Líbano; o conflito entre o Irã e Israel escalou de uma guerra por procuração para uma série de trocas diretas de fogos; e as ações de Israel também contribuíram inadvertidamente para o colapso inesperado e rápido do governo do presidente Bashar al-Assad na Síria, levando a guerra civil síria de 13 anos a um final incerto. Os outros conflitos armados da região no Iraque, na Líbia, na Turquia e no Iêmen diminuíram de intensidade nos últimos anos, sem chegar a nenhuma resolução sustentável.

África Subsaariana

A África Subsaariana continuou a ser a região com mais conflitos armados (21), embora muitos deles tenham causado menos de 1.000 fatalidades relacionadas ao conflito ao longo do ano e os níveis de violência tenham variado consideravelmente. Entre 2023 e 2024, houve reduções notáveis nas

fatalidades relacionadas a conflitos em alguns países que viviam conflitos armados de alta intensidade, incluindo em Burquina Faso (-12%), no Mali (-7,0%), na Somália (-35%) e no Sudão do Sul (-16%). Outros conflitos armados se intensificaram, com aumentos nas taxas de fatalidades na Etiópia (+152%) e no Níger (+48%). A guerra civil no Sudão foi responsável por quase 24% de todas as fatalidades relacionadas a conflitos na África Subsaariana em 2024, apesar de uma pequena redução anual no número de fatalidades relacionadas à guerra.

As Américas e a Ásia e Oceania

As Américas foram a única região que não teve um grande conflito armado entre 2018 e 2024. Os dois países que sofreram o maior número de fatalidades em 2024, Brasil e México, enfrentaram principalmente violência criminosa, e não política. A violência das gangues se intensificou no Haiti durante o ano, apesar da chegada tardia da assistência internacional à segurança em junho. A taxa de mortalidade relacionada a conflitos na Ásia e na Oceania caiu mais da metade desde 2021, apesar da guerra civil em Mianmar.

Processos de paz

Em 2024, houve alguns desenvolvimentos dignos de nota nos processos de paz destinados a prevenir a ocorrência (ou reincidência) de violência armada: a China e a Índia atenuaram as tensões ao longo da sua fronteira disputada; a China e as Filipinas estabeleceram um processo de resolução de disputas para melhorar como elas lidam com as suas disputas marítimas; e o Quirguistão e o Tajiquistão resolveram uma disputa fronteiriça de longa data. No entanto, poucos processos de paz relacionados a conflitos armados em curso avançaram em 2024. Embora tenha havido algum progresso no Sudão do Sul, houve retrocessos nos processos de paz na Colômbia, Etiópia, Filipinas e Iêmen. ●



3. GASTOS MILITARES

As estimativas das despesas militares globais aumentaram pelo décimo ano consecutivo em 2024, atingindo US\$ 2,7 trilhões, impulsionadas pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e outros conflitos armados e tensões geopolíticas. O aumento de 9,4% nas despesas militares totais em 2024 elevou as despesas mundiais estimadas ao nível mais alto registrado pelo SIPRI. Como resultado, o peso militar global, os gastos militares mundiais como porcentagem do produto interno bruto (PIB) mundial — subiu para 2,5%. Para os países com conflitos armados graves ou de alta intensidade em 2024, o peso militar médio foi de 4,4%, em comparação com 1,9% nos países sem esse tipo de conflito.

Entre 2015 e 2024, as despesas militares mundiais aumentaram 37% e cresceram em todas as cinco regiões geográficas. O maior aumento ocorreu na Europa (+83%), seguido pela Ásia e Oceania (+46%), Américas (+19%), Oriente Médio (+19%) e África (+11%).

Os Estados Unidos continuaram sendo, de longe, o país que mais gastou com defesa no mundo. Seus gastos de US\$ 997 bilhões em 2024 foram 3,2 vezes maiores do que os do segundo país que mais gastou, a China.

Em 2024, os gastos militares aumentaram em todos os países da Europa, exceto Malta, com um aumento total de 17% nos gastos europeus. Os gastos aumentaram na Rússia (+38%) e na Ucrânia (+2,9%) durante o ano, enquanto 17 dos 30 membros europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) atingiram ou ultrapassaram a diretriz de gastos da aliança de 2,0% do PIB, com aumentos notáveis nos gastos registrados pela Romênia (+43%), Holanda (+35%), Suécia (+34%), Polônia (+31%) e Alemanha (+28%).

GASTOS MILITARES GLOBAIS, 2024

Região	Gastos (US\$ b.)	Alteração (%) 2023–24
<i>África</i>	52,1	3,0
Norte da África	30,2	8,8
África Subsaariana	21,9	-3,2
<i>Américas</i>	1.100	5,8
América Central e o Caribe	19,8	31
América do Norte	1.027	5,7
América do Sul	53,6	-0,1
<i>Ásia e Oceania</i>	629	6,3
Ásia Central	1,9	-5,5
Leste da Ásia	433	7,8
Oceania	37,0	1,5
Sul da Ásia	102	1,0
Sudeste da Ásia	54,9	7,5
Europa	693	17
Europa Central e Ocidental	472	14
Europa Oriental	221	24
Oriente Médio	(243)	15
Total mundial	2.718	9,4

(-) = estimativa incerta.

Nota: Os valores das despesas estão expressos em bilhões de dólares americanos a preços e taxas de câmbio atuais (2024). As variações são em termos reais com base em dólares americanos constantes (2023).

Na Ásia e na Oceania, as despesas militares estimadas aumentaram pelo 35º ano consecutivo. Os gastos da China, que cresceram 7,0% e atingiram US\$ 314 bilhões em 2024, representando metade do total regional. As tensões dos países com a China influenciaram as decisões de gastos em toda a região em 2024: no Japão, por exemplo, os gastos aumentaram em 21%, o maior aumento anual desde 1952.

Os gastos militares estimados no Oriente Médio cresceram 15% em 2024, com aumentos em todos os três maiores gastos da região: Arábia Saudita (+1,5%), Israel (+65%) e Turquia (+12%). ●



4. PRODUÇÃO DE ARMAS E SERVIÇOS MILITARES

O Top 100 do SIPRI

As receitas das 100 maiores empresas produtoras de armas e serviços militares (as 100 maiores do SIPRI) totalizaram US\$632 bilhões em 2023 (o ano mais recente para o qual há dados disponíveis). Esse valor foi 2,8% superior às receitas das 100 maiores em 2022. O aumento ano a ano refletiu a demanda por equipamentos e serviços militares impulsionada por preocupações elevadas com a segurança global, conflitos em curso e orçamentos militares crescentes. Setenta e três das empresas do Top 100 aumentaram suas receitas com armas em 2023, incluindo 39 que alcançaram um crescimento anual de dois dígitos. Dada a persistência da demanda e o tamanho das carteiras de pedidos das empresas, é provável que haja novos aumentos nas receitas globais com armas nos próximos anos.

Os Estados Unidos continuaram a dominar o ranking das 100 maiores empresas, com 41 empresas listadas e receitas totais de armas de US\$ 317 bilhões. Elas representaram metade das receitas totais das 100 maiores empresas de armas em 2023. As cinco maiores empresas de armas do mundo em 2023, cujas receitas de armas representaram quase um terço do total das 100 maiores, estavam todas sediadas nos EUA.

Nove empresas chinesas foram classificadas entre as Top 100 para 2023, com três delas entre as 10 maiores. A receita combinada das empresas chinesas no setor de armamentos, de US\$ 103 bilhões, colocou a China em segundo lugar entre os países com empresas na classificação, atrás apenas dos EUA.

Devido à falta de dados disponíveis, apenas duas empresas russas foram incluídas entre as 100 maiores de 2023. Suas receitas com-

AS 10 MAIORES EMPRESAS PRODUTORAS DE ARMAS E EMPRESAS DE SERVIÇOS MILITARES DO MUNDO, POR RECEITA COM ARMAS, 2023

Empresa	País	Receita com armas (US\$ m.)
1 Lockheed Martin	EUA	60.810
2 RTX	EUA	40.660
3 Northrop Grumman	EUA	35.570
4 Boeing	EUA	31.100
5 General Dynamics	EUA	30.200
6 BAE Systems	Reino Unido	29.810
7 Rostec	Rússia	21.730
8 AVIC	China	20.850
9 NORINCO	China	20.560
10 CETC	China	16.050

Nota: As receitas com armas são expressas em milhões de dólares americanos, a preços e taxas de câmbio constantes (2023).

“País” refere-se ao país onde se encontram as estruturas de propriedade e controle da empresa, ou seja, a localização da sede da empresa.

nadas com armas, no valor de US\$ 25,5 bilhões, foram 40% superiores às de 2022.

Fusões e tendências de aquisição

Uma das tendências marcantes das indústrias de armamento da América do Norte e da Europa Ocidental nos últimos anos tem sido uma onda crescente de fusões e aquisições entre empresas, facilitada pelos baixos custos de financiamento e pelo aumento das aquisições militares. A tendência tem sido particularmente pronunciada em setores de alta tecnologia, incluindo aqueles que abrangem aeronaves não tripulados, guerra eletrônica e capacidades cibernéticas alimentadas por inteligência artificial. Isso reflete a mudança da indústria de armamento ocidental em direção a tecnologias avançadas em resposta às exigências da guerra moderna e às prioridades militares. ●



5. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ARMAS

O volume de transferências internacionais de armas pesadas permaneceu relativamente estável nos últimos 15 anos. O volume de transferências no período de cinco anos entre 2020 e 2024 foi 0,6% inferior ao de 2015 a 2019 e 3,9% superior ao de 2010 a 2014. O volume de transferências entre 2020 a 2024 foi o segundo maior de qualquer outro período quinquenal desde o fim da Guerra Fria, mas ainda assim, foi cerca de 35% inferior ao pico registrado durante a Guerra Fria (de 1980 a 1984).

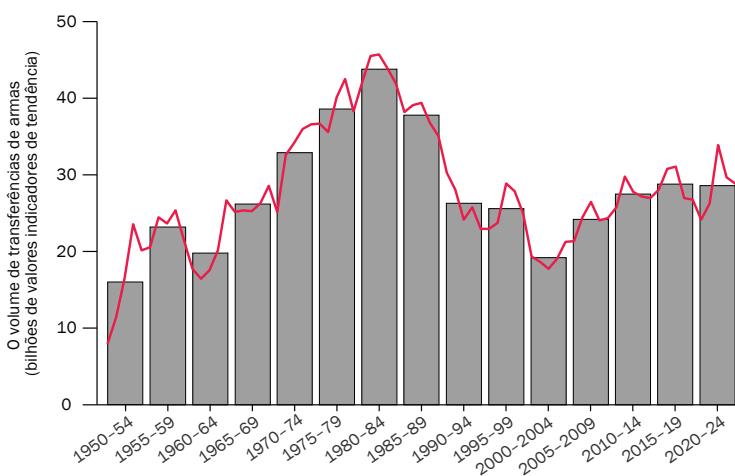
A tendência global desde 2010-14 talvez vá contra as expectativas, surgindo em um momento em que os conflitos armados e a percepção de ameaças em muitas partes do mundo se intensificaram, resultando em aumentos generalizados na aquisição de armas. Três fatores principais, entre muitos outros, mantiveram as transferências internacionais de armas em níveis semelhantes nos últimos 15 anos: longos ciclos de aquisição, expansão da produção doméstica de

armas e restrições econômicas. No entanto, a tendência geral estável esconde um quadro regional muito mais complexo e há indícios, que se tornaram mais visíveis em 2020-24, de que o volume das transferências internacionais de armas aumentará nos próximos anos.

Conflitos, tensões e transferências de armas

Os conflitos armados e o aumento das tensões entre Estados são os principais fatores para aquisições de armas para muitos Estados. A maioria dos maiores destinatários de armas pesadas em 2020-24 utilizou armas importadas em operações militares de combate nesse período. Muitos fornecedores de armas são partes diretamente interessadas em pelo menos alguns dos conflitos ou são afetados pelas tensões relacionadas. Isso explica, em parte, por que estão dispostos a fornecer armas, mesmo quando as transferências parecem contradizer suas políticas declaradas de exportação de armas. Três grupos armados não estatais foram identificados como destinatários de armas pesadas em 2020-24, localizados no Líbano/Palestina, Líbia e Iêmen.

A TENDÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS PESADAS, 1950-2024



Nota: O gráfico de barras mostra o volume médio anual de transferências de armas para períodos de 5 anos e o gráfico de linhas mostra os totais anuais.



PRINCIPAIS FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS DE ARMAS PESADAS, 2020-24

Forne- cedor	Participação global: exportações (%)	Desti- natário	Participação global: importações (%)
1 EUA	43	1 Ucrânia	8,8
2 França	9,6	2 Índia	8,3
3 Rússia	7,8	3 Catar	6,8
4 China	5,9	4 Arábia Saudita	6,8
5 Alemanha	5,6	5 Paquistão	4,6
6 Itália	4,8	6 Japão	3,9
7 Reino Unido	3,6	7 Austrália	3,5
8 Israel	3,1	8 Egito	3,3
9 Espanha	3,0	9 EUA	3,1
10 Coreia do Sul	2,2	10 Kuwait	2,9

Fornecedores de armas pesadas

O SIPRI identificou 64 Estados como fornecedores de armamentos pesado entre 2020 e 2024, mas a maioria deles teve participação marginal. Os 25 maiores fornecedores representaram 98% do volume total das exportações, e os cinco principais — Estados Unidos, França, Rússia, China e Alemanha — concentraram 71%.

As exportações de armas dos EUA cresceram 21% entre 2015 e 2019 e de 2020 a 24, aumentando sua participação nas exportações globais de armas de 35% para 43%. Os planos conhecidos para entregas de armas pesadas nos próximos anos indicam fortemente que os EUA permanecerão incontestáveis como o maior fornecedor mundial de armas num futuro previsível, uma posição que causa ansiedade pela dependência em alguns de seus principais clientes e aliados. Em contrapartida, as exportações de armas da Rússia caíram pela metade entre 2015 e 2019 e entre 2020 e 2024, para um nível muito abaixo de qualquer período de cinco anos anterior em sua história (ou em qualquer período de cinco anos anterior desde 1950 para seu antecessor, a União Soviética). As exportações da França aumentaram 11% entre 2015 e 2019 e entre 2020 e 2024, tornando a França o segundo maior fornecedor de armas pesadas entre 2020 e 2024.

IMPORTAÇÕES DE ARMAS PESADAS, POR REGIÃO

Região destinatária	Participação global (%), 2020-24	Participação (%) no vol. de importações, 2015-19 à 2020-24
África	4,5	-44
Américas	6,2	13
Ásia–Oceânia	33	-21
Europa	28	155
Oriente Médio	27	-20

Destinatários das armas pesadas

O SIPRI identificou 162 Estados como destinatários de armas pesadas entre 2020 e 2024. Os cinco maiores destinatários de armas foram a Ucrânia, a Índia, o Catar, a Arábia Saudita e o Paquistão, que juntos representaram 35% do total das importações de armas. As importações de armas da Ucrânia aumentaram quase 100 vezes em comparação com o período de 2015 a 2019, com pelo menos 35 países fornecendo armas pesadas, principalmente como auxílio.

A China, que durante décadas esteve entre os principais destinatários de armas, viu as importações de armas caírem dois terços entre 2015-19 e 2020-24, à medida que continuava a expandir as suas capacidades de produção doméstica de armas.

A região que recebeu o maior volume de transferências de armas pesadas em 2020-24 foi a Ásia e Oceania. Os Estados da Ásia e Oceania representaram 33% de todas as transferências globais de armas, seguidos pelos da Europa (28%), do Médio Oriente (27%), das Américas (6,2%) e por último, da África (4,5%). Entre 2015-19 e 2020-24, o fluxo de armas para a Europa aumentou 155%, atingindo um nível muito superior ao de qualquer um dos seis períodos quinquenais anteriores. O fluxo para as Américas também aumentou (+13%), enquanto os fluxos para a África (-44%), Ásia e Oceania (-21%) e Oriente Médio (-20%) diminuíram. ●



6. FORÇAS NUCLEARES MUNDIAIS

No início de 2025, nove países — Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e Israel — possuíam em conjunto aproximadamente 12.241 armas nucleares, das quais, 9.614 foram consideradas potencialmente operacionais. Estima-se que 3.912 dessas ogivas nucleares estavam desdobradas com forças operacionais, incluindo cerca de 2.100 que foram mantidas em alto estado de alerta operacional em mísseis balísticos.

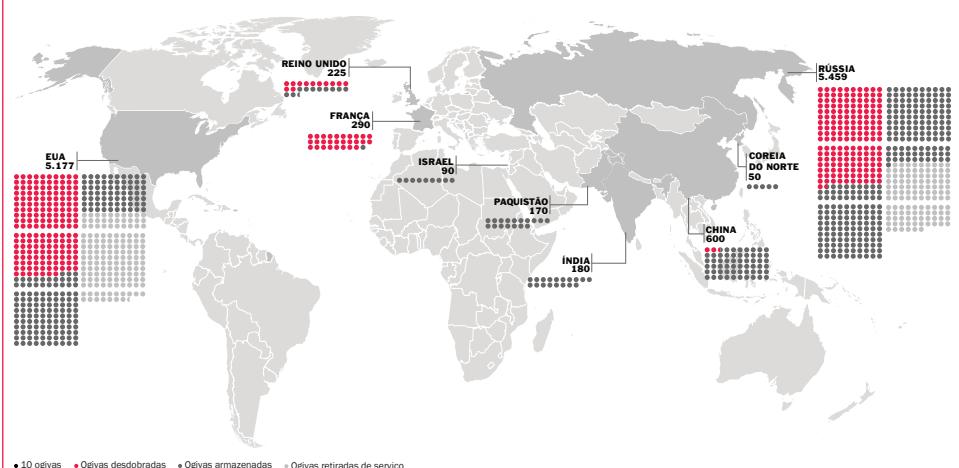
De modo geral, o número de ogivas nucleares no mundo continua a diminuir, devido ao desmantelamento de ogivas retiradas de serviço pelos EUA e pela Rússia. No entanto, o número de ogivas desmanteladas anualmente parece estar diminuindo e é provável que a taxa de desmantelamento das ogivas retiradas de serviço seja em breve superada pela taxa de entrada de novas ogivas nos arsenais globais. Os baixos níveis de transparéncia dificultam a avaliação da situação dos arsenais nucleares dos Estados.

Todos os nove Estados com armas nucleares continuaram a reforçar os seus

arsenais nucleares em 2024 e alguns desdobraram novos sistemas de armas nucleares ou com capacidade nuclear durante o ano. Os EUA e a Rússia possuem, em conjunto, quase 90% de todas as ogivas nucleares, e ambos têm em curso programas abrangentes para modernizar e substituir as suas ogivas nucleares, bem como os seus sistemas de lançamento e instalações de produção de armas nucleares. A China está no meio de uma modernização e expansão significativas de seu arsenal nuclear, que se estima ter aumentado de 500 para até 600 ogivas durante o ano. Os arsenais nucleares dos outros Estados com armas nucleares são menores, mas todos estão desenvolvendo ou desdobrando novos sistemas de armas ou anunciaram sua intenção de fazê-lo.

Todos os nove Estados com armas nucleares continuaram a reforçar os seus arsenais nucleares em 2024 e alguns desdobraram novos sistemas de armas nucleares ou com capacidade nuclear durante o ano. Os EUA e a Rússia possuem, em conjunto, quase 90% de todas as ogivas nucleares, e ambos têm em curso programas abrangentes para modernizar e substituir as suas ogivas nucleares, bem como os seus sistemas de lançamento e instalações de produção de armas nucleares. A China está no meio de uma modernização e expansão significativas de seu arsenal

INVENTÁRIO GLOBAL DE ARMAS NUCLEARES, JANEIRO DE 2025



Nota: As fronteiras utilizadas neste mapa não implicam qualquer endosso ou aceitação por parte do SIPRI.



FORÇAS NUCLEARES MUNDIAIS, JANEIRO DE 2025

	Arsenal militar ^a			Ogivas retiradas de serviço ^d	Inventário total ^e
	Ogivas desdobradas ^b	Ogivas armazenadas ^c	Total		
EUA	1.770	1.930	3.700	1.477	5.177
Rússia	1.718	2.591	4.309	1.150	5.459
Reino Unido	120	105	225	–	225
França	280	10	290	..	290
China	24	576	600	–	600
Índia	–	180	180	..	180
Paquistão	–	170	170	..	170
Coreia do Norte	–	50	50	..	50
Israel	–	90	90	..	90
Total	3.912	5.702	9.614	2.627	12.241

.. = não aplicável ou não disponível; – = valor nulo ou insignificante.

Notas: Todos os números são aproximados e são estimativas baseadas em informações públicas ou avaliações dos autores. O SIPRI revisa seus dados sobre as forças nucleares mundiais a cada ano com base em novas informações e atualizações de avaliações anteriores. Os países estão ordenados pela data do primeiro teste nuclear conhecido. No entanto, não há evidências conclusivas de fontes abertas de que Israel tenha testado suas armas nucleares.

^a “Arsenal militar” refere-se a todas as ogivas desdobradas, bem como às ogivas armazenadas em depósitos centrais que poderiam ser desdobradas após alguma preparação.

^b “Ogivas desdobradas” são ogivas colocadas em mísseis ou localizadas em bases com forças operacionais.

^c “Ogivas armazenadas” são ogivas armazenadas num depósito central que requerem alguma preparação (por exemplo, a instalação de determinados componentes, o transporte e o carregamento em lançadores) antes de poderem ser desdobradas.

^d “Ogivas retiradas de serviço” foram retiradas do arsenal militar, mas ainda não foram desmanteladas.

^e “Inventário total” inclui as ogivas do arsenal militar, bem como ogivas retiradas de serviço que aguardam desmantelamento.

nuclear, que se estima ter aumentado de 500 para até 600 ogivas durante o ano. Os arsenais nucleares dos outros Estados com armas nucleares são menores, mas todos estão desenvolvendo ou desdobrando novos sistemas de armas ou anunciam sua intenção de fazê-lo.

A Rússia, a China, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte desdobraram mísseis de dupla capacidade e acredita-se que todos estejam modernizando essas capacidades. Até meados da década de 2000, apenas a França, a Rússia, o Reino Unido e os EUA possuíam mísseis com ogivas múltiplas. Desde então, a China desenvolveu dois mísseis para transportar ogivas múltiplas, enquanto a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte estão atualmente buscando essa capacidade. Os EUA, a Rússia, o Reino Unido e a França foram os primeiros a adotar armas nucleares marítimas, mas nos últimos anos elas têm proliferado, especialmente nos quatro Estados com armas nucleares na região Indo-Pacífica.

Doutrinas nucleares e compartilhamento nuclear

Em novembro de 2024, a Rússia atualizou sua doutrina oficial sobre armas nucleares, o que pareceu ampliar o leque de contingências nas quais a Rússia poderia usar armas nucleares. Tanto a Rússia quanto Belarus continuaram a alegar em 2024 que a Rússia havia desdobrado armas nucleares no território de Belarus, embora não houvesse provas conclusivas desse desdobramento.

A dissuasão nuclear estendida tem sido um componente fundamental dos acordos de segurança coletiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde a criação da aliança. As discussões sobre o futuro destes acordos, em grande parte desencadeadas pela invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia em 2022, continuaram em 2024. No início de 2025, os EUA confirmaram que tinham substituído as suas bombas nucleares de gravidade estacionadas em bases militares fora dos EUA por versões atualizadas. ●



7. PROLIFERAÇÃO E USO DE MÍSSEIS E AERONAVES NÃO TRIPULADAS ARMADAS

Os desenvolvimentos em 2024 confirmaram novamente o papel de destaque dos mísseis e aeronaves não tripuladas (ARPs) armadas nas estratégias militares e de segurança modernas. Os desenvolvimentos ao longo do ano foram moldados tanto pelo uso contínuo e extensivo dessas armas em conflitos (especialmente na guerra entre a Rússia e a Ucrânia e nos ataques com mísseis do Irã contra Israel, ligados à guerra entre Israel e o Hamas), quanto pelo uso subjacente e explícito de mísseis para sinalização e influência nesses conflitos e em outros lugares. Juntamente com a necessidade de reabastecer os estoques, as percepções dos Estados sobre o valor militar e a utilidade dos mísseis, dos sistemas de defesa aérea e antimísseis e das ARPs armadas estão contribuindo para a crescente demanda pelos tipos atuais de mísseis e ARPs e para o desenvolvimento de uma nova geração de ambas as tecnologias.

Uso de mísseis e ARPs armadas na Guerra Rússia-Ucrânia

A Rússia continuou a utilizar em grande número mísseis balísticos convencionais, mísseis de cruzeiro e ARPs descartáveis contra as forças ucranianas, infraestruturas críticas e civis em 2024. Entre janeiro e setembro de 2024, a Ucrânia reportou que quase 5.500 desses sistemas foram lançados contra o seu território, com uma média de mais de 20 lançamentos por dia. Em novembro de 2024, a Rússia testou o novo míssil Oreshnik de alcance intermediário com dupla capacidade e múltiplos veículos de reentrada independentes em um ataque contra Dnipro. Embora a Ucrânia tenha enfrentado dificuldades para adquirir as quantidades desejadas de mísseis, o uso de mísseis e ARPs de longo alcance também

moldou o conflito. Em novembro de 2024, os Estados Unidos autorizaram a Ucrânia a usar sistemas fornecidos pelos EUA para atacar alvos mais profundos no território russo. Isso permitiu à Ucrânia colocar em risco a infraestrutura, a logística e os ativos militares russos.

Um aumento dos arsenais de mísseis na Europa

Há uma demanda crescente por mísseis na Europa para substituir aqueles fornecidos à Ucrânia, bem como para expandir os estoques de acordo com o ambiente de ameaças prevalecente e para lidar com as lacunas percebidas nas capacidades através do desenvolvimento de novos sistemas ofensivos e defensivos. Isso, por sua vez, corre o risco de desencadear uma nova corrida armamentista de mísseis na Europa, especialmente na classe de mísseis anteriormente proibidos pelo agora extinto Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (*Intermediate-range Nuclear Forces – INF*) de 1987. A evidência de uma “renascença dos mísseis” na Europa surgiu em dois acontecimentos separados, mas relacionados, em julho de 2024. Durante esse mês, a Alemanha e os EUA concordaram com o estacionamento na Alemanha, a partir de 2026, de vários mísseis lançados do solo pelos EUA, enquanto a França, a Alemanha, a Itália e a Polônia assinaram uma carta de intenções, à qual se juntaram posteriormente a Suécia e o Reino Unido, sobre a produção conjunta de mísseis de médio alcance no âmbito de uma nova Abordagem Europeia de Ataque de Longo Alcance.

Uso de mísseis e ARPs armadas no Oriente Médio

O alastramento da guerra em Gaza em 2024, envolvendo o Irã e várias de suas milícias aliadas, incluindo o Hezbollah no Líbano e os houthis no Iêmen, levou ao uso contínuo de



PROPORÇÃO DE ESTADOS SIGNATÁRIOS DO CÓDIGO DE CONDUTA DE HAIA CONTRA A PROLIFERAÇÃO DE MÍSSEIS BALÍSTICOS, POR REGIÃO, JANEIRO DE 2024

Região	No. de Estados na região	No. de Estados signatários	Percentual na região (%)
África	53	42	79
Américas	35	23	66
Ásia e Oceania	44	28	64
Europa	48	48	100
Oriente Médio	15	4	27
Total	195	145	74

Nota: Os Estados em cada região referem-se aos Estados-membros da ONU, juntamente com as Ilhas Cook e a Santa Sé (que aderiram ao código).

Fonte: Hague Code of Conduct, 'Subscribing states', jan. 2024.

foguetes, ARPs e, em menor escala, mísseis. Tais armas foram utilizadas em ataques a Israel e a navios no Mar Vermelho, enquanto Israel as utilizou no bombardeamento de Gaza e em ataques contra o Irão, o Hezbollah no Líbano e outros grupos armados não estatais no Iraque e na Síria.

Escalada do uso de mísseis e ARPs na África Subsaariana

O uso de ARPs armadas foi confirmado em pelo menos seis conflitos na África Subsaariana — em Burkina Faso, Etiópia, Mali, Nigéria, Somália e Sudão —, levando à morte de mais de 940 civis entre novembro de 2021 e novembro de 2024. O uso de ARPs por grupos armados não estatais na região ainda está em fase inicial, mas, segundo relatos, está aumentando tanto em frequência quanto em alcance geográfico, especialmente em cenários de conflito armado em regiões fronteiriças da África Ocidental, como a região de Liptako-Gourma (Burkina Faso, Mali e Níger) e a Bacia do Lago Chade (Camarões, Chade, Níger e Nigéria), bem como na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo, em Moçambique e na Somália.

Mecanismos de transparência e construção de confiança

Os regimes e normas globais que governam os mísseis e as ARPs armadas continuam subdesenvolvidos. Desde o colapso do Tratado INF em 2019, os instrumentos de controle de armas de mísseis restantes são mecanismos de transparência e construção de confiança, como o Código de Conduta de Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos (*Hague Code of Conduct against Ballistic Missile Proliferation* — HCOC), e medidas de não proliferação, incluindo controles comerciais estratégicos. Em janeiro de 2024, o Catar tornou-se o 145º Estado a aderir ao HCOC, tornando-se apenas o quarto Estado a fazê-lo no Médio Oriente.

Não existe um processo multilateral específico sobre a regulamentação das ARPs armadas. Para abordar algumas das preocupações relativas ao uso crescente das ARPs, em março de 2024, um grupo de 21 Estados publicou uma declaração conjunta sobre o assunto. A declaração reiterou a necessidade de intensificar o debate sobre formas de melhorar a transparência, a supervisão e a responsabilização na aquisição, transferência e uso de ARPs armadas, e propôs uma troca multilateral de pontos de vista. ●



8. DESARMAMENTO NUCLEAR, CONTROLE DE ARMAS, NÃO PROLIFERAÇÃO E SEGURANÇA

O desarmamento nuclear, o controle de armas e a não proliferação estão repletos de desafios. No final de 2024, o desarmamento nuclear parecia mais ilusório do que em qualquer outro momento desde o fim da Guerra Fria, especialmente desde que o diálogo estratégico entre a Rússia e os Estados Unidos efetivamente cessou. Houve desenvolvimentos mais positivos no engajamento entre a China e os EUA, mas o diálogo sobre questões relacionadas a armas nucleares foi prejudicado pelas tensões sobre o apoio dos EUA a Taiwan, bem como suas sanções econômicas contra a China. A iminente expiração do Tratado Rússia-EUA de 2010 sobre Medidas para a Redução Adicional e Limitação de Armas Ofensivas Estratégicas (New START) em 2026, combinada com os argumentos nos EUA de fortalecer a deterrencia para conter o crescente arsenal nuclear da China, levanta a perspectiva de um acúmulo desregulado de armas nucleares no futuro. Os crescentes riscos nucleares e as tensões entre as grandes potências também continuaram a lançar uma sombra sobre as principais estruturas multilaterais de controle de armas nucleares, desarmamento e não proliferação em 2024.

O ciclo de revisão do NPT

O ciclo abreviado de revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (*Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons* – TNP) de 1968 continuou com a segunda reunião do comitê preparatório realizada em Genebra, antes da Conferência de Revisão do TNP de 2026. A insatisfação com o ritmo do desarmamento nuclear, as preocupações com a crescente relevância das armas nucleares na política internacional e as divergências sobre uma série de outras questões demonstraram

que chegar a um consenso neste ciclo de revisão permanecerá difícil.

Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares

Quando, e se, o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* – CTBT) de 1996 entrar em vigor, ele proibirá testes de armas nucleares e todas as outras explosões nucleares em todos os lugares. Papua-Nova Guiné ratificou o CTBT em 2024, elevando o número total de estados ratificantes para 178. Após revogar sua ratificação do CTBT em 2023, a Rússia sinalizou sua prontidão para retomar os testes nucleares se os EUA o fizessem. Por sua vez, os EUA, que assinaram, mas não ratificaram o tratado, deram continuidade à sua política de aumentar a transparência, organizando uma visita de uma delegação de autoridades internacionais às suas instalações de testes nucleares.

O Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares

O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (*Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons* – TPNW) de 2017 visa eliminar completamente as armas nucleares. Em 2024, continuou a angariar apoio internacional de Estados sem armas nucleares, com as ratificações da Indonésia, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa e Ilhas Salomão, elevando o número de Estados signatários para 73. Outros 25 Estados assinaram, mas ainda não ratificaram, o tratado até o final do ano.

Em preparação para a terceira Reunião dos Estados Partes do TPAN em 2025, grupos de trabalho informais deram continuidade ao processo intersessional. Algumas das áreas de foco do processo foram refletidas em resoluções adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, incluindo uma resolução que estabeleceu um painel científico indepen-



RESERVAS GLOBAIS DE MATERIAL FÍSSIL, 2024

O material explosivo utilizado em armas nucleares é o material físsil, seja urânio altamente enriquecido (UAE) ou plutônio separado. A China, França, Paquistão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos produziram tanto UAE quanto plutônio para uso em suas armas nucleares; e Índia e Israel produziram principalmente plutônio. A Coreia do Norte produziu plutônio para uso em armas nucleares, mas acredita-se que também esteja produzindo UAE para armas nucleares. Todos os Estados com indústria nuclear civil são capazes de produzir materiais físseis.

Em 2024, um grupo inter-regional de 12 estados, liderado pelo Japão, foi estabelecido para gerar um impulso político visando a negociação de um tratado de proibição da produção de materiais físseis.

O Painel Internacional sobre Materiais Físseis compila informações sobre as reservas globais de materiais físseis.

Reservas globais (toneladas), 2024

Urânio altamente enriquecido		1 240
Presente ou disponível para armas		1 100
Não diretamente disponível para armas		
Desprotegidos		130
Protegidos/monitorados		10
Plutônio separado		565
Presente ou disponível para armas		140
Não diretamente disponível para armas		
Desprotegidos		265
Protegidos/monitorados		160

dente para estudar os efeitos da guerra nuclear. A resolução foi aprovada com o apoio de 144 Estados, incluindo a China, detentora de armas nucleares, com apenas três votos contra (França, Rússia e Reino Unido). O último estudo neste assunto com mandato da ONU foi emitido em 1988.

Desarmamento regional e a dinâmica da não proliferação

A tensa situação de segurança na Península Coreana evidenciou riscos de escalada em meio ao impasse diplomático persistente na

abordagem do desafio do desarmamento nuclear na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). Também contribuiu para as preocupações com a proliferação, alimentando o debate na República da Coreia (Coreia do Sul) sobre a possibilidade de adquirir armas nucleares em resposta à ameaça percebida da Coreia do Norte.

No Oriente Médio, o cálculo político do Irã em relação ao seu status nuclear foi cada vez mais afetado pelo crescente conflito com Israel durante 2024. Os debates domésticos consideraram os benefícios potenciais de uma dissuasão nuclear para lidar com a vulnerabilidade militar, enquanto o governo iraniano continuou a sinalizar prontidão para a contenção nuclear por meio de negociações para reviver o Plano de Ação Abrangente Conjunto, do qual os EUA se retiraram em 2018.

Os Estados árabes e o Irã também reiteraram seu compromisso com a norma contra armas nucleares na quinta Conferência das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas de Destrução em Massa no Oriente Médio, realizada em novembro de 2024. Como nos anos anteriores, Israel (o único Estado com armas nucleares da região) foi convidado, mas não participou. Os participantes (22 Estados do Oriente Médio e da África) identificaram a ausência de Israel como um desafio fundamental.

Ataques a instalações nucleares ucranianas

Os repetidos ataques a usinas nucleares ucranianas em 2024 ressaltaram a ausência de estruturas normativas para enfrentar os desafios à segurança nuclear e à proteção nuclear em condições de um grande conflito armado. Os ataques contínuos da Rússia à infraestrutura crítica na Ucrânia agravaram os desafios de segurança, proteção e salvaguardas nucleares em 2024. A Agência Internacional de Energia Atômica manteve uma presença consistente na Ucrânia ao longo de 2024. ●



9. ARMAS QUÍMICAS E AMEAÇAS DE SEGURANÇA

As armas químicas são proibidas pela Convenção sobre Armas Químicas (*Chemical Weapons Convention* – CWC) de 1993, que entrou em vigor em 1997 e contava com 193 Estados partícipes em dezembro de 2024. A Organização para a Proibição de Armas Químicas (*Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons* – OPAQ) supervisiona a implementação da CWC e é responsável por verificar o desarmamento de armas químicas e ajudar a garantir que produtos químicos tóxicos sejam usados apenas para fins não proibidos pela CWC. Desde que os últimos estoques de armas químicas declarados pelos Estados partícipes da CWC foram destruídos em 2023, sob verificação da OPAQ, o foco mudou ainda mais para a prevenção do ressurgimento de armas químicas.

Alegações de uso e reações ao uso de armas químicas

Embora a CWC seja um dos tratados de desarmamento mais bem-sucedidos, enfrentou desafios significativos e preocupações com o cumprimento, e estes continuaram a afetar o desarmamento químico em 2024. A Síria, que aderiu à CWC em 2013 após um grande ataque com armas químicas em Ghouta e posteriormente eliminou seu programa declarado de armas químicas, é suspeita de não estar em conformidade com suas obrigações sob a CWC desde 2014. Investigações independentes da OPCW provaram que a Síria usou armas químicas em diversas ocasiões. Até dezembro de 2024, a Síria não havia restaurado seu cumprimento da CWC e permanecia sujeita às medidas de conformidade da convenção. No entanto, a queda inesperada do governo do presidente Bashar al-Assad em

SUPÓSTO USO DE AGENTES ANTIMOTIM E PRODUTOS QUÍMICOS TÓXICOS NA UCRÂNIA

No final de 2024, a Organização para a Proibição de Armas Químicas confirmou a presença de um agente antimotim em campos de batalha na Ucrânia. Isso alimentou preocupações de que a Rússia pudesse estar usando agentes antimotim como método de guerra, o que constituiria uma grave violação da Convenção sobre Armas Químicas de 1993.

dezembro de 2024 pode permitir a eliminação completa do programa de armas químicas da Síria.

Controle de armas químicas e desarmamento

Os conflitos na Síria e na Ucrânia afetaram o funcionamento da OPCW de diversas maneiras. Primeiro, seus órgãos de formulação de políticas são altamente polarizados e não conseguem tomar decisões consensuais sobre tópicos relacionados à conformidade ou ao orçamento da organização há vários anos. Segundo, o Secretariado Técnico da OPCW tem sido alvo de campanhas de desinformação relacionadas às alegações de uso de armas químicas pela Rússia e pela Síria com o objetivo de minar sua credibilidade e confiança em sua imparcialidade e conhecimento técnico. Ao mesmo tempo, a OPCW continua a realizar muitas atividades internacionais voltadas, entre outras coisas, para verificar o uso pacífico de produtos químicos tóxicos na indústria, aprimorar a segurança (*safety and security*) química, manter-se atualizada sobre os desenvolvimentos científicos e tecnológicos relevantes, fornecer cooperação e assistência internacional aos seus Estados-membros em diversas áreas e contribuir para a prevenção do terrorismo químico. ●



10. ARMAS BIOLÓGICAS E AMEAÇAS DE SEGURANÇA

Armas biológicas incluem bactérias, vírus ou toxinas disseminadas através de um mecanismo de liberação para causar danos e são proibidas pelo direito internacional. O principal instrumento legal que proíbe a guerra biológica é a Convenção sobre Armas Biológicas e Toxínicas (*Biological and Toxin Weapons Convention* – BWC) de 1972. A BWC caminha para a universalização, com Tuvalu e Micronésia aderindo à convenção em 2024, elevando o número de Estados-membros para 188. Outros quatro Estados assinaram, mas não ratificaram a convenção.

O regime mais amplo de guerra biológica inclui o Protocolo de Genebra de 1925, que proíbe o uso de armas químicas e biológicas na guerra, e uma gama crescente de outras medidas, incluindo regimes de controle de exportação como o Grupo Austrália, o mecanismo do secretário-geral da ONU para investigação do suposto uso de armas químicas e biológicas, e a Resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU, que fez seu 20º aniversário em 2024. Todas essas medidas mais amplas servem para reforçar aspectos da proibição e prevenção de armas biológicas.

Alegações de não conformidade com o BWC

As atuais tensões geopolíticas continuam a afetar os esforços de desarmamento e não proliferação de armas biológicas. A campanha de desinformação estratégica e de longa data da Rússia sobre o que alega serem atividades nefastas em “laboratórios biológicos” ocidentais intensificou-se significativamente após a invasão em larga escala da Ucrânia em fevereiro de 2022. A Rússia continuou essa campanha em

2024, aproveitando todas as oportunidades e fóruns internacionais disponíveis para minar a arquitetura internacional contra armas biológicas.

Desarmamento de armas biológicas e não proliferação

As principais atividades de desarmamento biológico e não proliferação em 2024 foram realizadas em conexão com o grupo de trabalho sobre o fortalecimento da BWC, a Reunião de 2024 dos Estados Partícipes da BWC e o Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU. Em 2024, a Assembleia Geral também adotou o Pacto para o Futuro, no qual os Estados se comprometeram, entre outras coisas, a buscar um mundo livre de armas biológicas e a garantir que os responsáveis por qualquer uso dessas armas sejam identificados e responsabilizados.

O grupo de trabalho sobre o fortalecimento da BWC atingiu a metade do caminho em 2024 e fez algum progresso, em grande parte devido aos Estados partícipes se concentrarem em abordagens pragmáticas e incrementais. Dois novos mecanismos estão sendo propostos: um para Cooperação e Assistência Internacional (CAI) e outro para Revisão de Ciência e Tecnologia (C&T). O mecanismo da CAI facilitaria a implementação do Artigo X da BWC, que promove o uso pacífico de agentes biológicos, enquanto o mecanismo de C&T revisaria e avaliaria os desenvolvimentos científicos relevantes para a BWC, fornecendo aconselhamento aos Estados partícipes. Há amplo apoio aos dois mecanismos no grupo de trabalho, mas não houve um acordo final até o final de 2024, e a 10ª Conferência de Revisão. •



11. CONTROLE DE ARMAS CONVENCIONAIS E A REGULAÇÃO DE ARMAS DESUMANAS

O principal tratado multilateral para a regulamentação de armas desumanas é a Convenção sobre Certas Armas Convencionais (*Certain Conventional Weapons* – CCW) de 1981. Existem também convenções distintas sobre minas antipessoal (MAP) e munições de fragmentação. Um pequeno número de Estados que optaram por manter, desenvolver ou utilizar armas consideradas desumanas por outros vetaram ou atrasaram repetidamente o progresso no fortalecimento do regime CCW. Outras categorias de armas convencionais que levantam preocupações humanitárias, como armas de pequeno porte e armas leves, são tratadas por outros processos jurídicos e políticos.

Munições cluster e minas antipessoais

As consequências humanitárias das munições de fragmentação, que espalham submunições por uma área ampla e irregular, nem todas detonando imediatamente, e os danos que tais armas causam a civis são abordados pela Convenção sobre Munições de Fragmentação (*Convention on Cluster Munitions* – CCM) de 2008. Nenhum novo Estado aderiu à CCM em 2024, mas um dos 112 Estados-partícipes (Lituânia) iniciou o processo de retirada. Essa decisão foi sem precedentes: nenhum Estado jamais se retirou de nenhum dos cinco principais tratados globais que proíbem uma categoria inteira de armas — a CCM, a Convenção APM de 1997, a Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas de 1972, a Convenção sobre Armas Químicas de 1993 e o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares de 2017 — ou das históricas Convenções de Genebra de 1949 ou de seus Protocolos Adicionais de 1977.

ATAQUES A PAGERS E WALKIE-TALKIES NO LÍBANO E SÍRIA

Em dois ataques em setembro de 2024, amplamente atribuídos a Israel, pagers usados por centenas de membros do grupo paramilitar Hezbollah explodiram quase simultaneamente no Líbano e na Síria, matando pelo menos 12 pessoas e ferindo milhares. Um dia depois, milhares de walkie-talkies usados por membros do Hezbollah no Líbano explodiram, matando pelo menos 20 e ferindo centenas. Especialistas em direitos humanos da ONU classificaram os ataques como uma “violação terrível do direito internacional”.

A Ucrânia foi o único país do mundo onde munições de fragmentação foram amplamente utilizadas em 2024, principalmente pela Rússia, mas também pela Ucrânia. Os Estados Unidos forneceram à Ucrânia uma quantidade não especificada de munições de fragmentação em 2024 e, em novembro de 2024, quebraram uma proibição *de facto* global sobre a transferência internacional de MAPs em vigor desde meados da década de 1990 ao fornecer à Ucrânia minas fabricadas nos EUA.

Armas explosivas em áreas povoadas

O uso de armas explosivas em áreas povoadas (AEEAP) continuou a ser generalizado em grandes conflitos armados em 2024, com efeitos particularmente devastadores na República Democrática do Congo, Líbano, Mianmar, Paquistão, Palestina (Gaza), Sudão, Síria e Ucrânia. Uma declaração política que foi adotada em 2022 por 83 Estados busca abordar as consequências humanitárias do uso de AEEAP. A primeira conferência de acompanhamento, em 2024, reafirmou a importância da declaração e visou fortalecer sua implementação. ●



12. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

Os avanços em inteligência artificial (IA) prometem trazer enormes benefícios, mas também podem criar, ou exacerbar, ameaças existentes à paz e à segurança internacionais. Nos últimos anos, muitos Estados têm reconhecido cada vez mais a necessidade de gerenciar esses riscos complexos, decorrentes da IA civil e militar, por meio do estabelecimento de novos fóruns e iniciativas. Esses Estados aprofundaram seu engajamento com as iniciativas em andamento em 2024. Até que ponto as diversas iniciativas evoluirão como processos complementares ou concorrentes permanece uma questão em aberto.

IA Militar

Na última década, o debate político internacional sobre os usos militares da IA concentrou-se principalmente em sistemas de armas autônomos (SAA), comumente caracterizados como sistemas de armas que, uma vez ativados, podem selecionar e engajar alvos sem intervenção humana. Desde 2023, no entanto, o debate se expandiu para outras aplicações militares da IA, em áreas como seleção de alvos, planejamento e análise de inteligência, por meio do que é comumente chamado de sistemas de apoio à decisão habilitados por IA. Os usos relatados da IA em conflitos armados atuais, especialmente em Gaza e na Ucrânia, ilustram que a IA militar é uma questão urgente para os formuladores de políticas.

Três tópicos estiveram no centro das discussões nas reuniões de 2024 do grupo de especialistas governamentais sobre “sistemas de armas autônomas letais” (SAAL): características e definições da SAAL, aplicação do direito internacional humanitário

DOCUMENTOS-CHAVE EM GOVERNANÇA DE IA ADOTADOS EM 2024

- Regulamento sobre Inteligência Artificial (AI Act):* o primeiro regulamento vinculante especificamente sobre IA adotado pela União Europeia (UE) em março.
- Declaração Ministerial de Seul para avançar a segurança, inovação e inclusão em IA:* afirmada conjuntamente por 27 Estados e pela UE na Cúpula de Segurança de IA de Seul em maio.
- “Plano de Ação” para IA responsável no âmbito militar:* adotado por 63 Estados na segunda Cúpula Internacional sobre Inteligência Artificial Responsável no Domínio Militar (REAIM 2024) em Seul em setembro.
- Pacto para o Futuro e Pacto Digital Global:* adotados na Cúpula das Nações Unidas para o Futuro em setembro. Ambos os documentos incluem vários compromissos relacionados à governança da IA.
- Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre as implicações da IA no domínio militar para a paz e segurança internacionais:* adotada na Primeira Comissão em dezembro.

(DIH) e medidas para garantir a conformidade com o DIH e mitigar riscos.

IA Civil

O desenvolvimento de IA civil também pode representar riscos à paz e à segurança. Alguns modelos de IA podem ajudar agentes mal-intencionados a acessar conhecimento crítico para desenvolver e usar armas proibidas. A IA, além disso, oferece um aumento de capacidade e reduz a barreira para que cibercriminosos e hackers realizem operações prejudiciais. Além disso, ferramentas de IA generativa podem ser mal utilizadas para disseminar desinformação. Os Estados buscaram mitigar esses riscos em vários fóruns em 2024. Esforços multilaterais notáveis incluíram processos liderados pela ONU sobre governança tecnológica e a Cúpula sobre Segurança da IA. ●



13. AMEAÇAS CIBERNÉTICAS E DIGITAIS

O domínio cibernético está em constante evolução, assim como seu impacto na geopolítica mais ampla. Foi um ano crucial para a governança cibernética e digital, com diversos processos diplomáticos multilaterais culminando na adoção de novos instrumentos e estruturas. Outros esforços de governança se concentraram em abordar ameaças cibernéticas específicas ou aprimorar a cooperação regional.

Tendências cibernéticas

As ameaças cibernéticas evoluíram em múltiplas frentes e de diversas maneiras ao longo de 2024. Zonas de conflito em Israel-Gaza, Sudão e Ucrânia, por exemplo, testemunharam operações cibernéticas em formas variadas, que vão desde ataques a infraestruturas críticas até campanhas de influência. Incidentes de *ransomware* aumentaram globalmente, com sistemas de saúde sendo alvos. Taxas sem precedentes de operações de golpes cibernéticos criminosos surgiram de “complexos fraudulentos” na região do Indo-Pacífico. Grandes campanhas de espionagem expuseram vulnerabilidades críticas em redes de telecomunicações e governamentais, enquanto múltiplos incidentes envolvendo danos a cabos submarinos destacaram a fragilidade da conectividade global. As inúmeras eleições do ano enfrentaram interferência generalizada por meio de ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS na sigla em inglês) e operações de influência. As tecnologias de inteligência artificial transformaram o cenário da segurança cibernética, aprimorando as capacidades ofensivas e defensivas e se tornaram o foco dos esforços de políticas e governança.

Governança cibernética

A governança cibernética continuou a evoluir e existe por meio de uma colcha de retalhos

A CONVENÇÃO DA ONU CONTRA CRIMES CIBERNÉTICOS

Em dezembro de 2024, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por consenso a Convenção das Nações Unidas contra o Cibercrime. Trata-se do primeiro instrumento legalmente vinculante da ONU que aborda questões cibernéticas e do primeiro tratado internacional de justiça criminal negociado em mais de 20 anos. O tratado estabelece uma estrutura para a cooperação internacional na prevenção, investigação e repressão de crimes cibernéticos. Críticos temem que algumas das disposições gerais do tratado possam comprometer a privacidade e a liberdade de expressão e serem usadas para repressão política.

de iniciativas implementadas em múltiplos níveis e envolvendo múltiplos atores. O ano testemunhou desenvolvimentos significativos nos esforços liderados pela ONU com a adoção da Convenção das Nações Unidas contra o Cibercrime e do Pacto das Nações Unidas para o Futuro, com seu Pacto Digital Global em anexo. O grupo de trabalho aberto (OEWG) sobre tecnologias da informação e comunicação produziu um terceiro relatório de consenso, mas persistem divisões fundamentais entre os Estados que defendem novos acordos legalmente vinculante e aqueles que enfatizam a implementação de leis e normas existentes. Essas diferenças provavelmente afetarão as decisões sobre o futuro da governança da segurança cibernética da ONU em 2025, quando o mandato do OEWG expira.

Além das estruturas institucionais formais, coalizões regionais ou com ideias semelhantes surgiram para enfrentar desafios e contextos específicos. O Processo Pall Mall foi lançado em 2024 com foco em ferramentas comerciais de intrusão cibernética, enquanto a Iniciativa Internacional de Combate ao Ransomware expandiu seu quadro de membros ao longo do ano. ●



14. GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ESPACIAL

O espaço exterior tem sido utilizado para fins militares desde o início da era espacial. No entanto, no atual contexto geopolítico, o aumento da competição e das elevadas tensões relacionadas às atividades espaciais representam ameaças crescentes para os sistemas espaciais. Em 2024, por exemplo, vários Estados continuaram a mostrar interesse no desenvolvimento de capacidades “contraespaciais” com potencial para atacar sistemas espaciais. Estas novas ameaças são profundamente preocupantes, dado o crescimento paralelo das atividades espaciais civis e a dependência geral da sociedade em relação aos sistemas espaciais.

O espaço para propósitos militares

Inúmeros incidentes de interferência em sistemas espaciais foram relatados em 2024 durante as guerras em curso na Europa e no Oriente Médio. Essa interferência afetou significativamente os usuários finais civis, particularmente por meio da interrupção dos serviços de navegação espacial, o que levou ao desvio do tráfego aéreo. O papel do espaço para fins militares, incluindo na guerra contemporânea, também se tornou mais proeminente com o fornecimento pela SpaceX de satélites de comunicação Starlink para usuários civis e militares na Ucrânia e com as imagens de satélite da Planet Lab retratando a extensão da destruição causada pelo bombardeio de Gaza por Israel. Além disso, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) começou a tomar medidas para proteger os parceiros industriais que fornecem serviços espaciais à aliança e indicou que uma estratégia espacial comercial oficial da OTAN será apresentada em 2025.

PREOCUPAÇÕES SOBRE UMA ARMA ANTISSATÉLITE RUSSA

Em fevereiro de 2024, surgiram relatos nos Estados Unidos alegando que a Rússia está desenvolvendo uma nova arma nuclear capaz de atingir satélites. Os relatórios levaram a resoluções concorrentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não foram adotadas. No entanto, os Estados levantaram posteriormente a questão na Assembleia Geral da ONU e uma resolução reiterando as obrigações de não colocar tais armas no espaço e instando os Estados a se absterem de desenvolvê-las foi adotada com sucesso.

Discussões multilaterais sobre segurança espacial

É necessária uma regulamentação mais rigorosa do espaço exterior para garantir a estabilidade, prevenir uma escalada inadvertida e proteger os usuários civis. Em um passo positivo, no mais recente processo de segurança espacial da Organização das Nações Unidas, um grupo de especialistas governamentais (GEG) sobre medidas práticas adicionais para a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior (*Prevention of an Arms Race in Outer Space – PAROS*) adotou um relatório em consenso. Dois outros processos da ONU propostos em 2023 que buscavam estabelecer grupos de trabalho abertos simultâneos (*Open-Ended Working Groups -OEWGs*) foram combinados com sucesso em um único processo por meio de uma decisão da Assembleia Geral da ONU em 2024.

Nas sessões do novo OEWG em 2025, os Estados terão a oportunidade de elaborar princípios do direito espacial e buscar definições para — ou pelo menos tentar chegar a — um entendimento comum sobre — termos utilizados nos tratados espaciais. A troca de opiniões sobre o papel dos sistemas espaciais em infraestruturas críticas poderia ser o primeiro passo para discutir como tornar esses sistemas resilientes a ataques ou interferências. ●



15. CONTROLE DE ARMAS E DE BENS DE DUPLO USO

O conjunto de instrumentos globais, multilaterais e regionais que visam estabelecer e promover padrões acordadas para o controle do comércio de artigos militares e de duplo uso continuou sob forte pressão durante 2024 devido às tensões geopolíticas, aos conflitos armados e aos rápidos avanços em áreas tecnológicas fundamentais. Os Estados estão cada vez mais agindo unilateralmente ou operando por meio de estruturas alternativas ao criar novos controles sobre as transferências de artigos ou restringir as transferências para determinados destinos. No entanto, não houve esforços significativos para desmantelar os instrumentos existentes, indicando que muitos Estados continuam a valorizá-los.

O Tratado de Comércio de Armas Convencionais

Dez anos após sua entrada em vigor, o Tratado de Comércio de Armas Convencionais (*Arms Trade Treaty* – ATT) de 2013 ainda não atingiu algumas das metas que muitos Estados e organizações não governamentais esperavam. Vários exportadores e importadores importantes de armas ainda não aderiram ao tratado e há lacunas notáveis em termos do número de relatórios iniciais e relatórios anuais que os Estados estão apresentando. No entanto, as discussões substantivas realizadas em 2024 sobre as transferências de armas para Israel indicaram que o ATT pode proporcionar um espaço para discussões aprofundadas sobre a forma como os Estados estão aplicando o tratado ao avaliar as exportações de armas para um determinado destino. Além disso, a declaração política adotada para marcar o 10º aniversário do tratado tem o potencial de iniciar uma discussão importante sobre o foco futuro do ATT.

EMBARGOS DE ARMAS DA ONU E UE VIGENTES, 2024

Organização das Nações Unidas (13 embargos)

- Afeganistão (FNG: Talibã) • República Central Africana (parcial; FNG) • República Democrática do Congo (FNG) • Haiti (FNG) • Iraque (FNG) • EIIS (Da'esh), al-Qaeda e indivíduos e entidades associados (FNG) • Coreia do Norte
- Líbano (FNG) • Líbia (parcial; FNG)
- Somália (FNG) • Sudão do Sul (parcial; FNG)
- Sudão (parcial: Darfur) • Iêmen (FNG)

União Europeia (22 embargos)

- Implementações de embargos da ONU (11):
- Afeganistão (FNG: Talibã) • República Centro-Africana (parcial; FNG) • República Democrática do Congo (parcial; FNG) • Haiti (FNG) • Iraque (FNG) • EIIS (Da'esh), al-Qaeda e indivíduos e entidades associados (FNG)
 - Coreia do Norte • Líbano (FNG) • Líbia (parcial; FNG) • Somália (FNG) • Iêmen (FNG)

Embargos de armas da UE com cobertura mais ampla que seus equivalentes da ONU (2):

- Sudão do Sul • Sudão

Embargos sem equivalente da ONU (9):

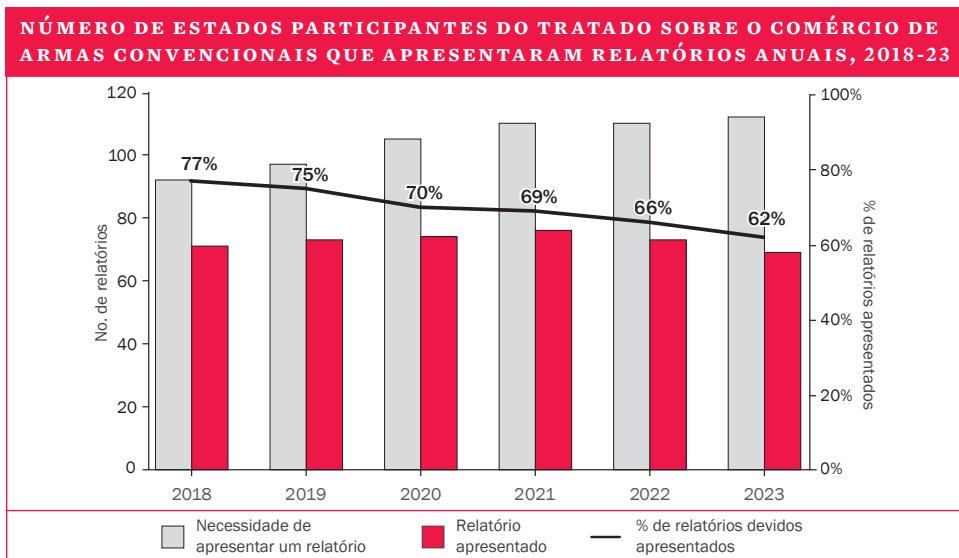
- Belarús • China • Egito • Irã • Mianmar
- Rússia • Síria • Venezuela • Zimbábue

IIIS = Estado Islâmico do Iraque e da Síria; FNG = forças não governamentais; parcial = o embargo permite a transferência de armas para o governo do Estado-alvo, desde que sejam cumpridas determinadas condições.

Embargos multilaterais de armas

Em 2024, estavam em vigor 13 embargos da ONU e 22 embargos da União Europeia (UE). A Coalizão Global de Controle de Exportações, um agrupamento de 39 Estados criado em 2022, procurou expandir e implementar seus embargos de armas a Belarús e à Rússia. Não foram impostos novos embargos multilaterais de armas. Continuam a existir grandes divisões sobre a imposição, manutenção e cumprimento dos embargos de armas da ONU. Os Estados Unidos e vários Estados europeus opuseram-se à adoção de um embargo de armas a Israel, solicitado pela maioria dos Estados na Assembleia Geral da ONU. Houve provas claras de grandes volu-





mes de transferências de armas para a Líbia e o Iêmen, em violação dos embargos multilaterais, enquanto a Rússia violou abertamente o embargo de armas da ONU à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e vetou a continuação do trabalho do painel de peritos da ONU encarregado de monitorar a sua implementação. No entanto, o apoio da Rússia e da China à manutenção do embargo de armas ao Sudão (Darfur) indicou que há casos em que eles consideram esses instrumentos políticos legítimos e necessários.

Regimes de controle de exportações

As repercussões da invasão da Ucrânia pela Rússia continuaram a impactar, em graus variados, o trabalho dos regimes multilaterais de controle de exportações – o Grupo Austrália (sobre armas químicas e biológicas), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o Grupo de Fornecedores Nucleares e o Acordo de Wassenaar sobre Controles de Exportação de Armas Convencionais e Bens e Tecnologias de Duplo Uso. A terceira resolução da Assembleia Geral da ONU sobre “cooperação internacional para usos pacíficos”,

adotada em 2024, também destacou as críticas de muitos Estados tanto aos regimes quanto às medidas nacionais de controle de exportações. Apesar desses desafios, os regimes ainda conseguiram fazer atualizações incrementais nas listas de controle e avançar nas discussões técnicas.

Controles da UE

Durante 2024, a UE tomou medidas para reforçar a sua estrutura jurídica comum para os controlos da exportação, corretagem, trânsito e transbordo de artigos militares e artigos de duplo uso. A Comissão Europeia propôs uma série de medidas destinadas a criar controlos mais harmonizados no âmbito do regulamento da UE sobre duplo uso e do regulamento da UE sobre a análise do investimento estrangeiro direto, com vista a apoiar a Estratégia de Segurança Económica da UE de 2023 e a responder aos desafios que se colocam ao trabalho dos regimes multilaterais de controle das exportações. A revisão da posição comum da UE sobre as exportações de armas, prevista para terminar até ao final de 2024, prosseguiu em 2025. ●



ANEXOS

Acordos de controle de armas e desarmamento em vigor, 1 de janeiro de 2025

- 1925 Protocolo de Genebra para a Proibição do Uso, em Guerra, de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Outros, e de Meios Bacteriológicos de Guerra (Protocolo de Genebra de 1925)
- 1948 Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Convenção sobre o Genocídio)
- 1949 Convenção de Genebra (IV) Relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra; e Protocolos de 1977 I e II Relativos à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais e Não-Internacionais
- 1959 Tratado da Antártica (Tratado da Antártica)
- 1963 Tratado de Proibição de Testes de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Exterior e Debaixo d'Água (Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, TPPTN)
- 1967 Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, inclusive da Lua e de Outros Corpos Celestes (Tratado do Espaço Exterior)
- 1967 Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco)
- 1968 Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (Tratado de Não-Proliferação Nuclear, TNP)
- 1971 Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destrução em Massa no Leito Submarino, Fundo Oceânico e Subsolo Marinho (Tratado do Fundo do Mar)
- 1972 Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destrução (Convenção sobre Armas Biológicas e Toxínicas, CABT)
- 1974 Tratado sobre a Limitação de Testes Subterrâneos de Armas Nucleares (Tratado de Limite de Testes Subterrâneos, TLTS)
- 1976 Tratado sobre Explosões Nucleares Subterrâneas para Fins Pacíficos (Tratado sobre Explosões Nucleares Pacíficas, TENP)
- 1977 Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou de Qualquer Outro Uso Hostil de Técni- cas de Modificação Ambiental (Convenção ENMOD)
- 1980 Convenção sobre a Proteção Física de Materiais e Instalações Nucleares (Convenção sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares)
- 1981 Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais que possam ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou de Efeitos Indiscriminados (Convenção sobre Certas Armas Convencionais, ou “Convenção de Armas Desumanas”)
- 1985 Tratado de Rarotonga (Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Pacífico Sul)
- 1990 Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (Tratado FACE)
- 1992 Tratado de Céus Abertos (Tratado de Céus Abertos)
- 1993 Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre sua Destrução (Convenção sobre Armas Químicas, CAQ)
- 1995 Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (Tratado de Bangkok)
- 1996 Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares da África (Tratado de Pelindaba)
- 1996 Acordo sobre o Controle de Armamentos Sub-Regional (Acordo de Florença)
- 1997 Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)
- 1997 Convenção sobre a Proibição do Uso, Estocagem, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destrução (Convenção sobre Minas Antipessoais, CMA)
- 1999 Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais (Convenção sobre Transparência em Aquisições de Armas Convencionais)
- 2001 Protocolo sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados na Região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Protocolo da SADC)
- 2004 Protocolo de Nairóbi para a Prevenção, Controle e Redução de Armas Leves e de Armas de Fogo na Região dos Grandes



Lagos e do Chifre da África (Protocolo de Nairóbi)

- 2006 Convenção da CEDEAO sobre Armas Leves e de Armas de Fogo, suas Munições e Outros Materiais Relacionados (Convenção da CEDEAO sobre Armas Leves)
- 2006 Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central (Tratado de Semipalatinsk)
- 2008 Convenção sobre Munições de Dispersão (Convenção sobre Munições de Fragmentação)
- 2010 Tratado sobre Medidas para a Maior Redução e Limitação de Armas Ofensivas Estratégicas (Novo Tratado START)
- 2010 Convenção Centro-Africana para o Controle de Armas Leves e de Armas de Fogo, suas Munições e Todas as Partes e Componentes que Possam Ser Utilizados para sua Fabricação, Reparo ou Montagem (Convenção de Quinxassa)
- 2011 Documento de Viena de 2011 sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança (Documento de Viena 2011)
- 2013 Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA)
- 2017 Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN)

Acordos ainda não implementados, 1 de janeiro de 2025

- 1996 Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT)
- 1999 Acordo sobre a Adaptação do Tratado FACE

Órgãos de cooperação em segurança

Os desenvolvimentos em 2024 incluíram o seguinte: as Ilhas Cook e a Somália aderiram à Agência Internacional de Energia Atômica; um número recorde de seis países membros permaneceram suspensos de participação na União Africana como resultado de golpes militares; a Armênia suspendeu sua participação na Organização do Tratado de Segurança Coletiva; a Suécia aderiu formalmente à Organização do Tratado do Atlântico Norte; Belarus aderiu à Organização de Cooperação de Xangai; e o Catar aderiu ao Código de Conduta de Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos. ●

CRONOLOGIA DE 2024, EVENTOS SELECIONADOS

- 11 jan. O Reino Unido e os EUA lançam ataques aéreos contra os houthis que são apoiados pelo Irã no Iêmen, em retaliação aos ataques a navios no Mar Vermelho.
- 17 fev. A Ucrânia retira suas tropas da importante cidade de Avdiivka, culpando a falta de armas fornecidas pelo Ocidente.
- 28 mar. A Rússia usa seu veto no Conselho de Segurança da ONU para encerrar o trabalho do painel de especialistas encarregado, desde 2009, de monitorar o embargo de armas da ONU à Coreia do Norte.
- 1 abr. Sete trabalhadores humanitários são mortos em um ataque israelense em Gaza, incitando um pedido de desculpas do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu.
- 16 mai. A Rússia lança um satélite em órbita baixa da Terra que os EUA avaliam ser provavelmente uma arma antiespacial. A Rússia rejeita a acusação.
- 26 jun. O primeiro-ministro holandês cesseante, Mark Rutte, é nomeado próximo secretário-geral da OTAN.
- 22 jul. O dia mais quente na Terra ocorre quando a temperatura média global de 17,16 °C ultrapassa o recorde anterior estabelecido em 6 de julho de 2023 (17,08 °C).
- 10 ago. Ataque aéreo israelense contra uma escola e uma mesquita que abrigavam pessoas desabrigadas em Gaza, supostamente um posto de comando do Hamas, mata pelo menos 93 pessoas.
- 6 set. A Lituânia apresenta o seu instrumento de retirada da Convenção sobre Munições de Fragmentação de 2008.
- 21 out. China e Índia concordam em amenizar as tensões ao longo da sua fronteira disputada, em meio a um impasse militar que já dura quatro anos.
- 27 nov. Um cessar-fogo é acordado entre Israel e o Hezbollah, mediado pela França e pelos EUA.
- 8 dez. O presidente sírio Bashar al-Assad renuncia e se evade para Moscou após as forças rebeldes entrarem na capital Damasco.



BASES DE DADOS DO SIPRI

Base de dados de Gastos

Militares do SIPRI

Apresenta os gastos militares anuais dos países desde 1949, permitindo a comparação dos gastos militares dos países nas moedas locais a preços correntes; em dólares americanos a preços correntes; em dólares americanos a preços e taxas de câmbio constantes; e como percentagem do produto interno bruto.

Base de Dados da Indústria

de Armas do SIPRI

Contém dados anuais sobre a receita total e a receita proveniente das vendas de armas e serviços militares desde 2002 para as 100 empresas com as maiores vendas de armamento no mundo. Os dados relativos às empresas chinesas são incluídos para os anos a partir de 2015.

Base de Dados de Transferências

de Armas do SIPRI

Mostra todas as transferências internacionais de armas pesadas convencionais desde 1950. É a fonte de informação mais completa disponível publicamente sobre transferências internacionais de armas.

Base de Dados de Embargos de Armas do SIPRI

Fornece informações sobre todos os embargos de armas que foram implementados por uma organização internacional, como a União Europeia ou a Organização das Nações Unidas, ou por um grupo de nações. Todos os embargos que estão em vigor, ou que estiveram em vigor desde 1998 estão incluídos.

Base de Dados de Relatórios

Nacionais do SIPRI

Fornece *links* para todos os relatórios nacionais publicamente acessíveis sobre exportações de armas e é constantemente atualizado para incluir *links* para relatórios nacionais recém-publicados sobre exportações de armas.

Base de Dados de Operações

de Paz Multilaterais do SIPRI

Oferece informações sobre todas as operações de paz da ONU e não pertencentes à ONU conduzidas desde 2000, incluindo localização, datas de desdobramento e operação, mandato, países participantes, quantidade de pessoal, orçamentos e vítimas fatais.

As bases de dados do SIPRI podem ser acessadas a partir do site do SIPRI. ●



COMO PEDIR O SIPRI YEARBOOK 2025

SIPRI Yearbook 2025: Armaments, Disarmament and International Security

Publicado impresso e *online* pela Oxford University Press

ISBN 978-0-19-897979-1

Mais informações estão disponíveis em **www.sipriyearbook.org**



**STOCKHOLM INTERNATIONAL
PEACE RESEARCH INSTITUTE**

Signalistgatan 9
SE-169 72 Solna, Sweden
Telephone: +46 8 655 97 00
Email: sipri@sipri.org
Internet: www.sipri.org



SIPRI YEARBOOK 2025

Armaments, Disarmament and International Security

O Anuário do SIPRI é uma fonte confiável e independente de dados e análises sobre armamentos, desarmamento e segurança internacional. Ele fornece uma visão geral dos desenvolvimentos em gastos militares, produção e comércio de armas, armamento e tecnologia, conflitos armados e gestão de conflitos, juntamente com os esforços para controlar armas convencionais, nucleares, químicas e biológicas.

Esta brochura resume a 56^a edição do Anuário do SIPRI que abrange os desenvolvimentos ocorridos durante o ano de 2024 incluindo:

- *Conflitos armados e gestão de conflitos*, com uma visão geral dos desenvolvimentos globais e regionais em conflitos armados e processos de paz
- *Despesas militares; transferências internacionais de armas e desenvolvimentos na produção de armas*, incluindo as consequências do aumento das guerras na Europa e no Médio Oriente; e as tensões geopolíticas em curso
- *A proliferação de mísseis e aeronaves não tripuladas*, com foco na sua utilização na guerra entre a Rússia e a Ucrânia
- *Forças nucleares mundiais*, destacando as tendências de modernização nuclear nos nove Estados com armas nucleares, bem como as mudanças nas doutrinas nucleares e os desenvolvimentos na partilha nuclear
- *Controlo de armas nucleares*, com destaque para o diálogo envolvendo a China, a Rússia e os Estados Unidos e no âmbito de tratados multilaterais, bem como os desafios regionais ao desarmamento e à não proliferação e os ataques às usinas nucleares ucranianas
- *Ameaças à segurança química e biológica*, incluindo a investigação de alegações de uso de armas químicas e biológicas e desenvolvimentos nos instrumentos jurídicos internacionais contra a guerra química e biológica
- *Controle de armas convencionais e regulamentação de armas desumanas*, incluindo munições de fragmentação, armas explosivas em áreas povoadas, minas terrestres e armas pequenas e leves
- *Governança internacional da inteligência artificial, ciberespaço e segurança espacial*, com foco em sistemas de armas autônomas
- *Controles dos usos duais e do comércio de armas*, incluindo desenvolvimentos no Tratado sobre o Comércio de Armas; embargos multilaterais de armas e regimes de controle de exportação; e o quadro jurídico da União Europeia para tais controles

Contém também anexos atualizados que enumeram acordos de controle de armas e desarmamento, órgãos de cooperação internacional em matéria de segurança e eventos importantes em 2024.